

RELATÓRIO E CONTAS
DA DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

2017

SPA SOLIDÁRIA, COOPERANTE E INOVADORA **ENCERROU 2017 COM O TRABALHO E AS CONTAS CERTAS**

O ano de 2017, apesar das dificuldades que caracterizaram a vida portuguesa nos últimos anos contribuiu claramente para a consolidação do prestígio nacional e internacional da SPA, designadamente pela via do reforço e da intervenção dos nossos departamentos e também graças à consolidação do projecto lusófono.

Foi também um ano em que se acentuou, no diálogo com o governo, a dificuldade de se encontrarem medidas justas e adequadas à realidade específica da nossa cooperativa e à defesa dos interesses dos seus associados que em circunstância alguma podem ser confundidos com outras pessoas ou entidades que nada têm a ver com a cooperativa, com a sua essência e com a sua história. Esta fase está agora em vias de ser ultrapassada graças a uma dinâmica de diálogo para a qual a SPA muito contribuiu, levando o Ministro da Cultura a aceitar os ajustamentos e as correcções que neste momento se encontram em fase de concretização, com uma boa participação dos representantes das duas partes.

Para além disso, a SPA deixou claro que em 2017 o governo não concretizou nenhuma das medidas por nós propostas e preconizadas e que consideramos justas e inadiáveis, com destaque para a revisão do Código do Direito de Autor, para o Estatuto do Autor Português e para a redinamização do Conselho Nacional de Cultura.

Por outro lado, este foi também um período em que a SPA muito contribuiu, solidariamente, para fortalecer o projecto de cooperação no âmbito da Lusofonia e para reafirmar a sua importância dentro da CISAC, ao acolher a assembleia geral anual daquela confederação, em 8 de Junho em Lisboa, com excelentes e aplaudidos resultados de cooperação e diálogo que todos fizeram questão de louvar. A CISAC reconheceu a competência e o empenho da nossa cooperativa num processo de trabalho em que uma vez mais mostrámos o que queremos, o que valemos e somos capazes de fazer.

COMPETÊNCIA DOS DEPARTAMENTOS **REFORÇA A COESÃO E A CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DA SPA**

Uma vez mais, departamentos como o Jurídico, o de Execução Pública/Delegações e o Informático, entre outros, deram provas de que a modernidade da nossa estrutura empresarial se encontra consolidada e aprofundada e que se encontra capaz de ir ao encontro das outras sociedades seja no âmbito da lusofonia seja noutros níveis.

A SPA dispõe hoje de uma equipa competente e combativa de dirigentes que sabe bem como deve trabalhar para manter a SPA entre as cooperativas mais dinâmicas da Europa,



tendo também presente o facto de o seu presidente presidir até Abril de 2018 ao Comité Europeu de Sociedades de Autor da CISAC, terminando o seu mandato numa assembleia que se realizará, em Abril, na cidade de Belgrado.

Tanto os dirigentes como os funcionários em geral sabem que a SPA, embora não tendo condições financeiras para aumentar salários, coloca ao seu serviço de forma activa e solidária meios que vão da aquisição de livros escolares para os filhos dos trabalhadores, ao subsídios atribuídos às crianças até à idade de completarem 7 anos e que representa um encargo global superior a 30.000 euros ano, que é também um investimento justo e merecido na natalidade e nas famílias em fase de crescimento.

Há ainda o apoio a nível dos transportes e o investimento regular feito na área da formação. A SPA sabe que são estes contributos que ajudam a dinamizar a coesão de uma equipa que queremos continuar ao serviço da cooperativa e dos autores e a trabalhar pelo futuro de uma estrutura empresarial que irá ser ainda mais dinâmica e activa após o acto eleitoral marcado para o ano de 2018 e que muito irá contribuir para mobilizar e rejuvenescer a equipa dirigente desta casa. Também essa equipa irá contar com justificada expectativa e empenho com a competência dos trabalhadores da instituição.

VISIBILIDADE MEDIÁTICA, OFERTA CULTURAL DE QUALIDADE E OUTRAS INICIATIVAS DE PRESTÍGIO

A SPA realizou em Março de 2017, mais uma Gala, com transmissão directa na RTP2 e com justa e merecida consagração do escritor António Lobo Antunes, como uma das grandes figuras da nossa cultura. O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa deu-nos a honra de estar presente como também nos honrou com a atribuição da Medalha da Ordem da Liberdade a esta instituição quase secular.

Dos muitos actos culturais realizados em 2017, destacamos a apresentação e o êxito da exposição de fotografia 'Mário Soares Sempre Fixe', com dezenas de fotos do nosso cooperador e colaborador Inácio Ludgero que deu origem ao álbum com o mesmo título e apresentações noutros pontos do país, sempre com a atenção e o carinho do público que assim celebrou a memória de Mário Soares também autor e o prestígio da nossa casa, esta exposição e este livro foram momentos altos da vida cultural e cívica da SPA.

Por outro lado, no dia do Autor português, em 22 de Maio, a SPA voltou a atribuir um significativo número de Medalhas de Honra e de prémios Pró-Autor, consagrando assim os méritos e o valor cultural e cívico de personalidades que sempre merecem o nosso apreço.

Entretanto foi garantida junto da TVI a realização de uma nova fase do programa 'Autores' na TVI24, agora com apresentação e animação a cargo de Carlos Mendes, que nos

permitiu introduzir música de qualidade num programa que prestigia a nossa cooperativa e atrai para ela a atenção de públicos muito diversificados.

Ao mesmo tempo a SPA manteve, com o prestígio habitual a edição da sua revista 'Autores' com encarte no 'Diário de Notícias' e com uma reconhecida abertura às diversas facetas da nossa vida cultural.

A rubrica 'Notas de Autor' na TSF, espaço diário com muitos ouvintes contribuiu para que mais algumas dezenas de autores de todas as disciplinas e idades tivessem o espaço e a voz que são devidas à sua obra e ao seu reconhecido talento.

Por outro lado, a atribuição dos prémios Pedro Osório, Igrejas Caeiro e José da Ponte deu oportunidade à SPA de reconhecer e aplaudir o trabalho diversificado de importantes criadores de várias gerações, ao mesmo tempo que se distinguiu pela primeira vez um jornalista da área cultural com um prémio que já voltou a ser atribuído em 2018.

Durante o ano de 2017 foram ainda atribuídas medalhas de honra a outras entidades e figuras, mostrando que a SPA está sempre atenta ao que de maior qualidade cultural acontece em Portugal, sobretudo quando tem uma relação directa com a nossa cooperativa, com os seus, sonhos desejos e estratégias.

Ao mesmo tempo prosseguiu e consolidou-se a cooperação com a editora Guerra e Paz, designadamente com a colecção o 'Fio da Memória', sempre aberta ao intenso testemunho biográfico de figuras de referência da nossa vida cultural.

Esta colaboração tem sido exemplar pela sua flexibilidade e pelas áreas que abarca, como aliás se continuará a ver durante todo o ano de 2018, nomeadamente com a publicação de uma grande antologia da poesia lusófona.

INTERVIR, CRITICAR E FORTALECER A AUTONOMIA E A SOBERANIA DA SPA

Durante todo o ano de 2017, a SPA nunca deixou, junto das estruturas de decisão política, de fazer ouvir a sua voz e fazer prevalecer a sua voz em nome das causas por que se bate.

Assim continuará a ser em 2018, deixando a SPA bem clara a sua determinação de mostrar ao poder político que nada nem ninguém deve ter a veleidade de querer limitar ou condicionar a nossa autonomia.

Sabe bem o poder político que nada ganha em criar situações de tensão e desencontro com uma estrutura que representa mais de 26.000 autores de todas as disciplinas e que anualmente está a receber e a integrar cerca de 500 associados. Os votos dos autores talvez

pouco contem para a política, até porque eles não fazem greves nem se espalham activamente pelas ruas. Mas o seu prestígio e a qualidade das suas obras são essenciais para mostrar a vitalidade cultural de um país que vai buscar à música, ao audiovisual, à literatura ou às artes visuais uma parte significativa do prestígio que tem conseguido alcançar. Este prestígio também poderá vir da política mas são sempre os criadores culturais e artísticos que o aprofundam, consolidam e dilatam.

Por isso a SPA em 2017 assumiu claramente junto do poder político a firmeza das suas posições, dos seus valores e princípios, mostrando que nada tem força bastante para a desviar do caminho certo que tem sido fortalecido com a unidade dos cooperadores, com o seu tocante apoio solidário e com a vitalidade das posições públicas assumidas.

Assim continuaremos em 2018, último ano do presente mandato, por ser esta a única maneira de consolidar o prestígio de uma instituição que se rejuvenesce à medida que acumula experiência de idade e que mostra ao mundo, sobretudo o que fala português, o peso e a competência que tem os autores e como se organizam para defender os seus interesses.

2017, foi neste sentido, um ano afirmativo e dinâmico em que a SPA também passou a ter como Presidente de Honra o poeta Manuel Alegre, sinal de que estamos unidos em torno de personalidades e valores que sempre nos motivam e engrandecem.

Orgulhosa de ser cooperativa e dos deveres inerentes a essa condição, a SPA fez de 2017 um tempo de mobilização, unidade e combate, dando a garantia de que assim continuará a ser em 2018 e no novo mandato de 4 anos que este ano se inicia, uma SPA unida fortalece sempre a cultura, o prestígio do país, o seu reconhecimento internacional como acontece com o facto de continuar a integrar o grupo europeu de sociedades de autores com sede em Bruxelas e de apresentar o seu plano de cooperação lusófona como uma experiência inovadora, estimulante que muitos reconhecem e aplaudem.

NOTAS SOBRE OS RESULTADOS CONTABILÍSTICOS

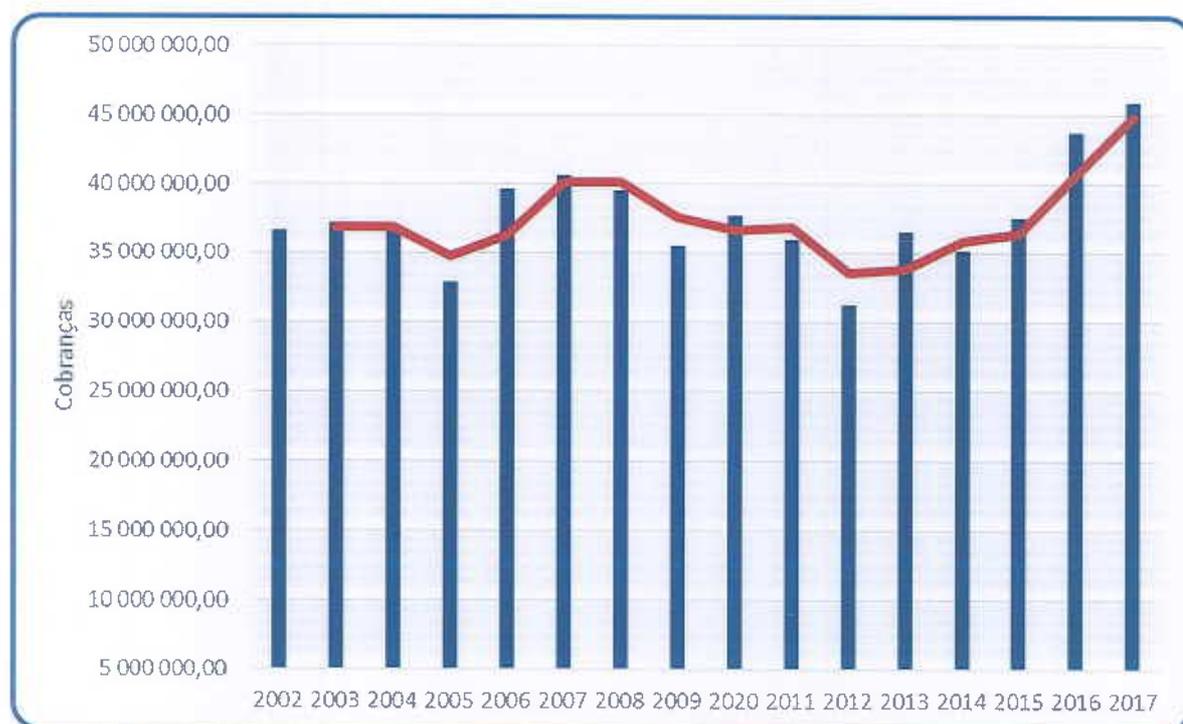
Seguidamente apresentaremos alguns aspectos que consideramos relevantes para a compreensão das Contas da cooperativa relativas ao exercício em apreço e ao seu enquadramento num contexto temporal mais lato.



COBRANÇAS

Em 2017 as cobranças ascenderam a 45.923.539,71 Euros (mais 5% do que em 2016), sendo o melhor resultado pelo menos dos últimos quinze anos, numa tendência que, apesar do contexto fortemente adverso, demonstra a solidez da gestão que tem sido característica da cooperativa.

EVOLUÇÃO DA COBRANÇA DE 2002 A 2017



GASTOS

No que diz respeito aos Gastos, em 2017 verificou-se, face a 2016 uma diminuição global de 2,2% nos Fornecimentos e Serviços Externos, justificada essencialmente pelo seguinte:

- Serviços especializados: - 12,9%
- Publicidade e propaganda: - 39%
- Deslocações e estadas: - 7,6%
- Conservação e reparação: - 33%
- Artigos para oferta: - 67 %
- Ferramentas de desgaste rápido: - 42,3%

5
1.6.64

Aumentaram as despesas com Comunicações (+13,4%), com Combustíveis (8,6%) e com Electricidade (+ 9%).

Em relação aos gastos com Pessoal e órgãos sociais, deve referir-se que, apesar do aumento dos apoios sociais aos trabalhadores e do processo de reorganização dos serviços visando a sua crescente capacitação, verificou-se uma redução de 6,7% face a 2016.

De destacar a redução ocorrida nas seguintes rubricas:

- Benefícios pós-emprego: - 14,9%
- Abono para falhas: -11,1%
- Ajudas de custo: - 4,5%
- Seguros de vida: - 1,2%

Como a cooperativa, no âmbito da sua política de apoio social aos trabalhadores, ofereceu os manuais escolares aos filhos dos trabalhadores, esta rubrica teve um gasto de 9.941,38 Euros (mais 13,3% do que em 2016) e os apoios relativos ao estímulo da natalidade ascenderam a 36.200 Euros.

No que diz respeito aos Juros e Rendimentos similares obtidos, apesar de uma adequada gestão de activos, verificou-se uma redução dos proveitos em consequência da queda generalizada das taxas de juro praticadas no mercado e também do maior volume das distribuições.

A cooperativa registou nas suas contas o valor de 1.239.427,16€ relativa à provisão estabelecida, decorrente da garantia bancária, no âmbito do processo judicial que a opõe ao antigo director-geral. A SPA, não obstante ter interposto recurso para o Supremo tribunal de Justiça e embora mantendo a convicção de que virá a ter ganho de causa, seguindo as regras contabilísticas decidiu fazer reflectir nas suas contas este presumível gasto.

6



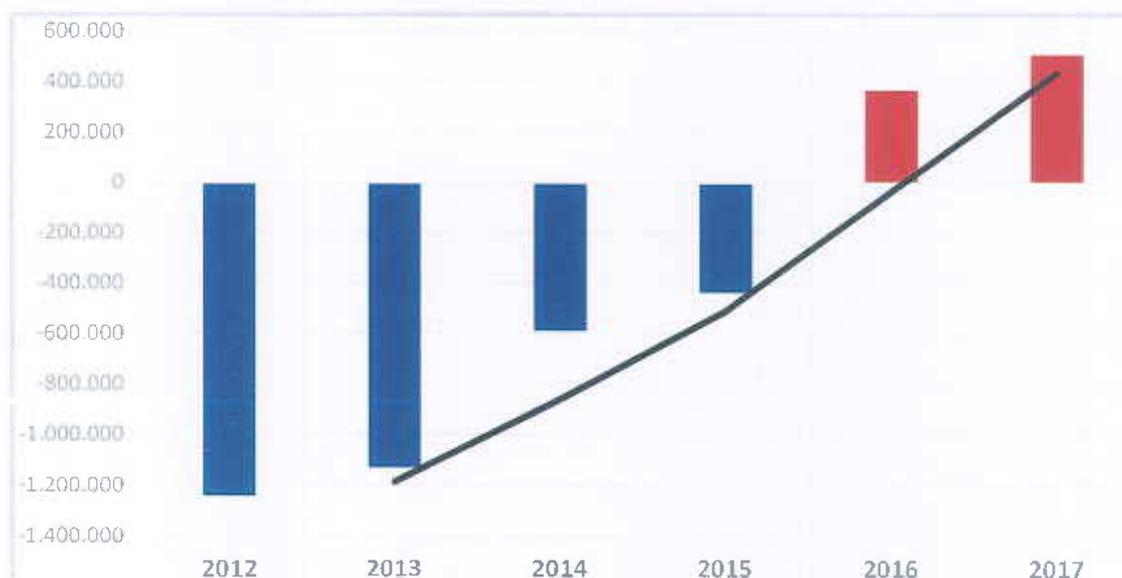
APOIO SOCIAL AOS COOPERADORES

A cooperativa em 2017 aumentou o apoio solidário aos seus cooperadores em 2,1% face a 2016, tendo o subsídio estatutário verificado um aumento de 2,5%.

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2017 a cooperativa obteve um resultado operacional positivo (506.339,88 Euros), aumentando em 39% face a 2016.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL 2012-2017



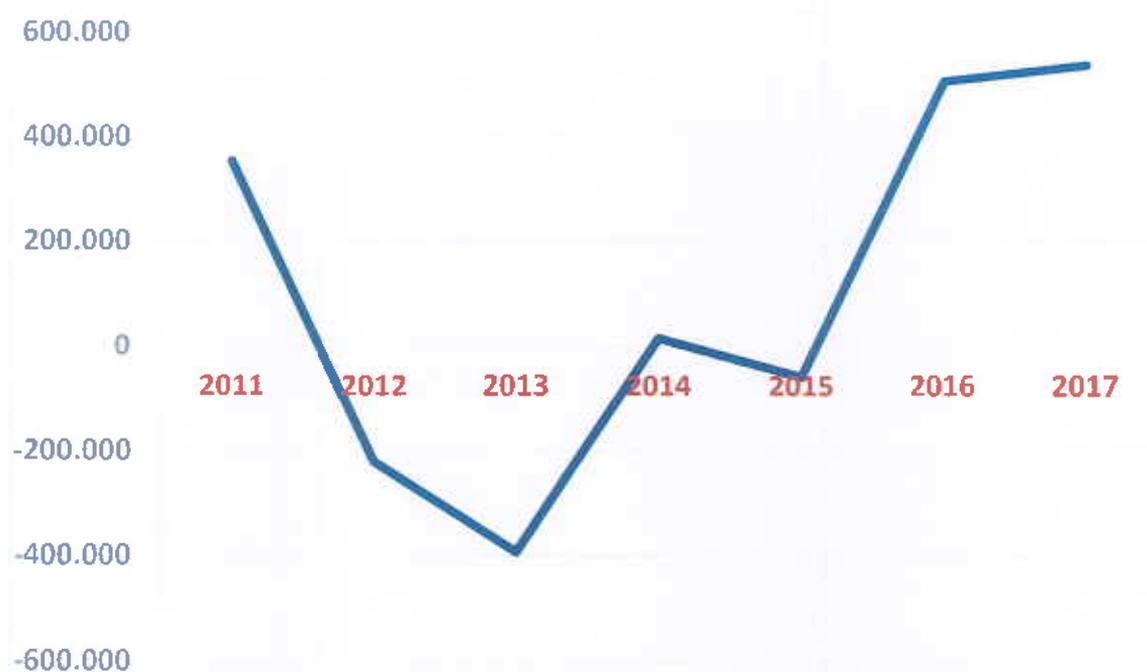
RESULTADO LÍQUIDO

Em 2017 a SPA apresenta um resultado líquido positivo de 537.470,46 Euros, o melhor dos últimos cinco anos. Este resultado traduz os resultados da política de rigor e transparência com que os destinos da cooperativa têm sido geridos e que possibilitam que, não obstante o impacto contabilístico causado pela provisão do processo judicial a que aludimos, se possa fechar o ano de 2017, último do actual mandato, com o melhor resultado operacional dos últimos anos, a par igualmente de um aumento das distribuições de direitos aos autores na casa dos 12% face a 2016.

7
[Assinatura]

Em síntese: cobrámos mais, gastámos menos, apoiámos mais autores e trabalhadores e distribuímos mais.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2012-2017



LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2018

- 1. Manter uma acção regular, firme e esclarecedora junto das estruturas do poder político e lutar pela alteração da Lei da Gestão Colectiva, pelo alargamento da gestão Colectiva ao sector do Audiovisual e pela criação do Estatuto do Autor Português;*
- 2. Reforçar o apoio solidário aos cooperadores, seja nas situações de carência impostas pela adversidade de um tempo difícil, seja na subvenção dos seus projectos criativos através do Fundo Cultural;*
- 3. Continuar a procura de novas áreas de cobrança no digital e de recuperação da cobrança do reportório nacional multiterritorial no digital;*
- 4. Manter a aposta numa política de comunicação que mostre ao público, às estruturas do poder constituído e a todos os parceiros, quem somos, o que queremos e o que valemos, evidenciando a transparência dos procedimentos e dando passos pioneiros num domínio sempre complexo;*

5. *Reforçar os laços de cooperação e diálogo da SPA com as instâncias da economia social, nomeadamente no sector cooperativo a que nos honramos de pertencer;*
6. *Manter e fortalecer a presença da SPA nas mais importantes estruturas internacionais do direito de autor e da cultura;*
7. *Assegurar o êxito do projecto de cooperação com países lusófonos, que já está a produzir resultados em Angola, Moçambique, Timor Leste e Cabo Verde, com o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, servindo de referência e exemplo a outras sociedades de autores de vários países;*
8. *Continuar a gerir de forma rigorosa os recursos humanos e técnicos da cooperativa e a apostar na modernização das estruturas e na formação avançada dos seus quadros, de forma a fazer da SPA uma empresa cooperativa dinâmica e verdadeiramente competitiva em contexto de crise;*
9. *Apoiar os trabalhadores da cooperativa com medidas de carácter assistencial e formativo que nos permitam mostrar que assumimos de forma exemplar a nossa responsabilidade social;*
10. *Incrementar as actividades de sensibilização da sociedade em geral para a temática do Direito de Autor, com particular incidência na população estudantil.*

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando o disposto no artº 54º dos Estatutos da SPA, a Direcção propõe que seja afecto o valor de 483.723,41 Euros para a reserva legal e o valor de 53.747,65€ Euros para resultados transitados.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018

A Direcção



9

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.12.2017	31.12.2016
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	7.234.379,01	7.508.707,33
Propriedades de investimento		574.157,06	598.118,31
Activos intangíveis	7	1.346.283,55	1.446.822,29
Outros activos não correntes	8	160.077,69	20.077,69
Total do activo não corrente		<u>9.314.897,31</u>	<u>9.573.725,62</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	9	9.543.785,63	10.283.306,11
Outros créditos a receber	10	1.144.478,97	1.215.183,81
Diferimentos		74.882,85	70.988,13
Caixa e depósitos bancários	4	47.473.093,19	40.672.926,86
Total do activo corrente		<u>58.236.240,64</u>	<u>52.242.404,91</u>
Total do activo		<u>67.551.137,95</u>	<u>61.816.130,53</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	13.871,25	13.660,73
Reserva legal	12	557.370,91	99.227,74
Reservas estatutárias	12 e 25	566.222,90	425.541,86
Resultados transitados	5 e 12	(13.899.110,82)	(13.967.252,59)
Outros ajustamentos em activos financeiros	12	(589.263,74)	(591.500,74)
Outras variações no capital próprio	12	97.875,00	97.875,00
		<u>(13.253.034,50)</u>	<u>(13.922.448,00)</u>
Resultado líquido do exercício		537.470,46	506.647,97
Total do capital próprio		<u>(12.715.564,04)</u>	<u>(13.415.800,03)</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1.239.427,16	164.285,23
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	1.235.955,62	1.374.400,62
Total do passivo não corrente		<u>2.475.382,78</u>	<u>1.538.685,85</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 e 11	60.849.420,94	57.384.811,26
Clientes, facturas em recepção e conferência	9	14.521.488,24	13.923.881,88
Estado e outros entes públicos	15	599.793,14	873.968,20
Outras dívidas a pagar		1.194.470,76	1.122.520,56
Diferimentos		626.146,13	388.062,81
Total do passivo corrente		<u>77.791.319,21</u>	<u>73.693.244,71</u>
Total do passivo		<u>80.266.701,99</u>	<u>75.231.930,56</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>67.551.137,95</u>	<u>61.816.130,53</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Diogo Jorge Ferraz Soares

A DIRECÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Serviços prestados	16	9.602.059,42	8.953.970,40
Trabalhos para a própria entidade	7	125.386,59	223.971,89
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.355.647,62)	(2.408.655,40)
Gastos com o pessoal	18	(4.860.907,35)	(5.209.830,01)
Imparidade de dívidas a receber	10	119.606,19	-
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(1.075.141,93)	-
Outros rendimentos	19	503.800,74	340.878,80
Outros gastos	20	(725.224,07)	(779.049,37)
Resultado antes de depreciação e de amortização, gastos de financiamento e impostos		<u>1.333.931,97</u>	<u>1.121.286,31</u>
Gastos de depreciação e de amortização	21	(827.592,09)	(756.351,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>506.339,88</u>	<u>364.934,71</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	74.318,80	180.896,84
Juros e gastos similares suportados	23	(43.188,22)	(39.183,58)
Resultado líquido do exercício		<u><u>537.470,46</u></u>	<u><u>506.647,97</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silvia Maria Teresa Almeida

A DIRECÇÃO

[Handwritten signatures of the management team]

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	13.585,54	97.742,74	325.151,86	(11.511.263,30)	(740.620,74)	97.875,00	(59.232,03)	(11.776.760,93)
Reexpressão dos resultados transferidos	-	-	-	(2.469.639,22)	-	-	-	(2.469.639,22)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (reexpresso)	13.585,54	97.742,74	325.151,86	(13.980.902,52)	(740.620,74)	97.875,00	(59.232,03)	(14.246.400,16)
Aumentos	275,00	1.485,00	2.429.060,19	72.881,96	-	-	-	2.503.702,15
Diminuições	(199,81)	-	(2.328.670,19)	-	-	-	-	(2.328.870,00)
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	(59.232,03)	-	-	59.232,03	-
Ganhos actuariais	-	-	-	-	149.120,00	-	-	149.120,00
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	506.647,97	506.647,97
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.660,73	99.227,74	425.541,86	(13.967.252,59)	(591.500,74)	97.875,00	506.647,97	(13.415.800,03)
Aumentos	400,00	2.160,00	2.518.459,19	17.476,97	-	-	-	2.538.496,16
Diminuições	(189,48)	-	(2.377.778,15)	-	-	-	-	(2.377.967,63)
Aplicação do resultado de 2016	-	455.983,17	-	50.664,80	-	-	(506.647,97)	-
Ganhos actuariais	-	-	-	-	2.237,00	-	-	2.237,00
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	537.470,46	537.470,46
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	13.871,25	557.370,91	566.222,90	(13.899.110,82)	(589.263,74)	97.875,00	537.470,46	(12.715.564,04)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silvia Trindade

A DIRECÇÃO

[Handwritten signatures]

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		45.923.539,71	43.740.811,87
Pagamentos a fornecedores		(33.563.806,39)	(30.460.695,77)
Pagamentos ao pessoal		(4.973.349,49)	(5.530.287,87)
Fluxos gerados pelas operações		<u>7.386.383,83</u>	<u>7.749.828,23</u>
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(316.569,98)	(15.959,09)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>7.069.813,85</u>	<u>7.733.869,14</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		69.548,61	271.429,80
Investimentos financeiros	8	-	979.669,00
		<u>69.548,61</u>	<u>1.251.098,80</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(299.059,47)	(237.506,90)
Investimentos financeiros	8	(140.000,00)	(20.000,00)
		<u>(439.059,47)</u>	<u>(257.506,90)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(369.510,86)</u>	<u>993.591,90</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos de capital e de reservas estatutárias	12	2.521.019,19	2.430.820,19
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(43.188,22)	(38.934,70)
Reduções de capital e de reservas estatutárias	12	(2.377.967,63)	(2.328.870,00)
		<u>(2.421.155,85)</u>	<u>(2.367.804,70)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>99.863,34</u>	<u>63.015,49</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		6.800.166,33	8.790.476,53
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	40.672.926,86	31.882.450,24
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	47.473.093,19	40.672.926,86

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silva Jonic Frazão Almeida

A DIRECÇÃO

[Handwritten signatures]

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA") é uma cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e foi constituída em 1925. Enquadra-se no regime especial previsto na Lei nº 26/2015 de 14 de Abril, detendo por esta via a natureza de pessoa colectiva da utilidade pública. O seu objecto social é a gestão do direito de autor e a defesa e promoção de bens culturais. A sua actividade principal consiste na administração, em representação dos seus cooperadores, beneficiários e membros de sociedades estrangeiras congéneres, das obras literárias e artísticas de cujos direitos de autor estes sejam titulares.

O quadro jurídico-institucional de funcionamento da SPA apoia-se em termos de legislação nacional no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 63/85 e alterado pelas Leis nº 45/85, de 17 de Setembro, e nº 114/91, de 3 de Setembro, Decretos-Lei nºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei nº 50/2004, de 24 de Agosto e pela Lei nº 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei nº 16/2008, de 1 de Abril, pela Lei nº 26/2015 de 14 de Abril alterada pelo decreto-lei nº 100/2017 de 23 de Agosto e pelo Código Cooperativo. Em termos internacionais, a actividade da SPA inscreve-se no âmbito da Convenção de Berna de 1886 e na Convenção Universal de 1952, ambas revistas em 1971.

Na sequência do decreto-lei nº 100/2017, a SPA encontra-se a tomar as medidas necessárias a acomodar a partir do corrente ano, as alterações impostas por esta norma no modelo organizacional vigente. Para isso, para além de ajustamentos ao nível informático e financeiro, promove-se uma adaptação aos estatutos e ao regulamento de distribuição de direitos que será presente para deliberação em assembleia geral extraordinária a ocorrer em Março.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 23 de Fevereiro de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Cooperadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

É entendimento da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SPA, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, republicadas nos avisos 8254/2015, 8255/2015, 8256/2015, 8257/2015, 8258/2015 e 8259/2015, de 29 de Julho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. As políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da SPA, de acordo com as NCRF, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direcção procedeu à avaliação da capacidade da SPA operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Verifica-se que existe um desequilíbrio financeiro da situação patrimonial da SPA uma vez que o total do seu passivo corrente representa 1,3x o seu ativo corrente, sendo o mesmo superior ao ativo corrente em 19.555.079 Euros (21.450.840 Euros em 31 de Dezembro de 2016) e o capital próprio é negativo em 12.715.564 Euros (13.415.800 Euros em 31 de Dezembro de 2016). Contudo, a SPA tem vindo a apresentar resultados operacionais e líquidos positivos nos últimos exercícios, o nível de cobranças tem vindo a aumentar de ano para ano o que permite ter fluxos de caixa positivos de forma consistente nos últimos exercícios. Adicionalmente, há que realçar o facto do passivo corrente da SPA em 31 de Dezembro de 2017 representar, essencialmente, (i) direitos de autor a distribuir aos seus titulares no montante de, aproximadamente, 41.634.117 Euros, (ii) direitos

a liquidar aos seus titulares no montante de aproximadamente 19.215.304, os quais seguem as regras de distribuição previstas no Regulamento Geral de Repartição dos Direitos, tendo a SPA até três anos para proceder à sua identificação e pagamento, e (ii) facturas em recepção e conferência de, aproximadamente, 14.521.000 Euros, representando esta rubrica a contrapartida da facturação emitida aos clientes por conta dos autores. Em resultado da avaliação efectuada, a Direcção concluiu que, atento os prazos de pagamento do seu passivo, a geração de fluxos de caixa operacionais e o nível das suas disponibilidades, a SPA dispõe de recursos financeiros adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, com excepção da biblioteca, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	6-8

A biblioteca, incluída na rubrica "Outros activos fixos tangíveis", encontra-se registada pelo justo valor, determinada por uma avaliação por entidade especializada e independente, não se encontra a ser depreciada. Periodicamente a Direcção da SPA irá pedir uma aferição do seu justo valor, nomeadamente quando a composição da mesma se altere de forma relevante de forma a que justifique uma nova avaliação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário das operações.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante a sua vida útil, estimada em 50 anos.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis referem-se essencialmente ao *Enterprise Resource Planning* ("ERP") da SPA, assim como a outros desenvolvimentos aplicativos, encontrando-se registados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes no período de vida útil, estimado em 7 anos.

3.5. Imparidade de activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SPA se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial usando o método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores; e
- Outras dívidas a pagar;

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a avaliação de indícios de imparidade em cada data de relato sempre que se observem indícios de que os mesmos possam estar em imparidade. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta é revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A SPA desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SPA desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Trabalhos para a própria entidade

Os gastos internos (essencialmente mão-de-obra) incorridos na formação de activos, cumpridos os requisitos referidos no normativo contabilístico que o permitem, são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração dos resultados, na rubrica “Trabalhos para a própria entidade”. Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como gastos no exercício em que ocorrem.

3.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a SPA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

3.9. Rédito

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádios é registado de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados (Área de Letras e Artes, Reprodução Mecânica, Novas Tecnologias e Execução Pública) é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a cobrança efectiva dos direitos e é

efetuada a sua distribuição, uma vez que apenas nesta data é possível determinar com fiabilidade o valor do rédito.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a SPA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são facturados.

3.11. Benefícios pós-emprego

A SPA tem as seguintes responsabilidades assumidas:

(i) Compromissos perante empregados - Pré-reformados e reformados

Relativamente aos pré-reformados, a SPA assumiu, em anos anteriores, a obrigação de pagar a um conjunto de empregados uma parte do seu salário até que estes atinjam a idade da reforma. Este grupo está fechado a novos participantes. No que se refere aos reformados, a SPA assumiu a responsabilidade de pagar complementos de reforma a um conjunto de ex-empregados que se encontram reformados, estando este grupo fechado a novos participantes. A SPA não tem constituído qualquer fundo para financiar estas obrigações, mantendo registado no passivo o valor estimado destas responsabilidades.

(ii) Compromissos perante cooperadores

A SPA assumiu o compromisso de efectuar o pagamento, aos cooperadores e cônjuges sobreviventes que tenham cumprido determinadas condições, de uma quantia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes. Para fazer face a este compromisso, a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos, são registadas directamente em capital próprio (Nota 12). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes. Os fluxos associados à retenção das comissões e ao pagamento aos cooperadores são classificados como actividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

3.12. Classificação do balanço

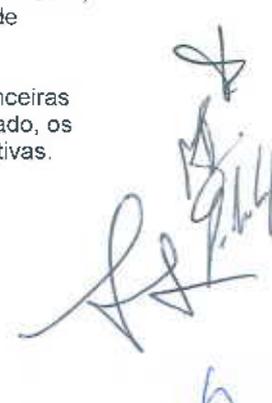
São classificados no activo corrente os activos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da SPA, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano. Os passivos correntes representam passivos cuja exigibilidade a SPA não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica do caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem perda significativa de valor. Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerário	14.605,89	11.390,21
Depósitos bancários	<u>47.458.487,30</u>	<u>40.661.536,65</u>
Caixa e seus equivalentes	<u><u>47.473.093,19</u></u>	<u><u>40.672.926,86</u></u>

Os depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 têm o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Depósitos a prazo:</u>		
Millennium BCP	2.739.427,16	21.500.000,00
BPI	5.500.750,00	500.000,00
Caixa Geral de Depósitos	-	500.000,00
	<u>8.240.177,16</u>	<u>22.500.000,00</u>
<u>Depósitos à ordem:</u>		
Millennium BCP	13.682.454,96	15.407.276,16
SantanderTotta	9.181.410,94	536.779,85
Caixa Geral de Depósitos	7.997.129,07	162.970,06
BPI	6.009.046,38	9.189,38
Deutsche Bank	1.537.823,38	1.537.992,94
BBVA	684.609,83	388.027,81
Novo Banco	72.973,95	22.585,07
Montepio Geral	52.861,63	49.513,68
BANIF	-	47.201,70
	<u>39.218.310,14</u>	<u>18.161.536,65</u>
Total de depósitos bancários	<u><u>47.458.487,30</u></u>	<u><u>40.661.536,65</u></u>

Os depósitos bancários geralmente vencem-se num prazo igual ou inferior a três meses ou, nos casos em que o prazo de vencimento é superior àquele período, podem ser antecipadamente mobilizados sem perda significativa de valor. São remunerados a taxas normais de mercado.

5. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS, POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, alterações significativas de estimativas ou identificação de erros materiais que devessem ser corrigidos.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração da SPA deliberou, em Novembro de 2016, que o montante líquido de, aproximadamente, 2.470.000 Euros, correspondente a direitos de autor por distribuir de anos anteriores (até 2003 inclusive), fosse integralmente distribuído por rateio (ou outra metodologia), nos exercícios de 2017 e 2018, tendo reclassificado este montante de "Resultados transitados" (onde havia sido registado em anos anteriores) para a rubrica de "Fornecedores - Direitos a distribuir", tendo reexpressado as demonstrações financeiras de 2015. 50% deste valor foi já distribuído em 2017.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2017					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	
Activo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	347.345,83	1.490.936,79	843.042,33	11.481.324,95
Aquisições	-	-	-	163.542,47	130,38	163.672,85
Revalorização	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	(747,01)	(326.893,18)	(32,95)	(327.673,14)
Saldo final	2.137.500,00	6.662.500,00	346.598,82	1.327.586,06	843.139,76	11.317.324,66
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	2.015.990,05	347.345,83	1.424.165,07	185.116,67	3.972.617,62
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	251.998,75	-	166.587,87	19.414,55	438.001,17
Alienações e abates	-	-	(747,01)	(326.893,18)	(32,95)	(327.673,14)
	-	2.267.988,80	346.598,82	1.263.859,76	204.498,27	4.062.945,65
Activo líquido	2.137.500,00	4.394.511,20	-	63.726,32	638.641,49	7.234.379,01
	2016					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	
Activo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	348.761,45	1.464.959,25	806.603,32	11.420.324,02
Aquisições	-	-	-	57.736,96	3.414,01	61.150,97
Revalorização	-	-	-	-	33.025,00	33.025,00
Alienações e abates	-	-	(1.415,63)	(31.759,42)	-	(33.175,05)
Saldo final	2.137.500,00	6.662.500,00	347.345,82	1.490.936,79	843.042,33	11.481.324,94
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	1.763.991,30	348.761,45	1.354.886,09	163.648,07	3.631.286,91
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	251.998,75	-	101.037,39	21.468,60	374.504,74
Alienações e abates	-	-	(1.415,63)	(31.758,41)	-	(33.174,04)
	-	2.015.990,05	347.345,82	1.424.165,07	185.116,67	3.972.617,61
Activo líquido	2.137.500,00	4.646.509,95	-	66.771,72	657.925,66	7.508.707,33

As aquisições de equipamento administrativo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 respeitam essencialmente a servidores e material informático.

A revalorização registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 é respeitante à avaliação do justo valor da biblioteca realizada por uma entidade independente, o qual avaliou a biblioteca num valor total de 308.025 Euros, havendo a necessidade de incrementar o valor do activo em 33.025 Euros nessa data.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi como segue:

	2017		
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	2.535.653,04	423.757,66	2.959.410,70
Aquisições	121.044,62	144.046,31	265.090,93
Transferências	398.858,60	(398.858,60)	-
Saldo final	3.055.556,26	168.945,37	3.224.501,63
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	1.512.588,41	-	1.512.588,41
Amortizações do exercício (Nota 21)	365.629,67	-	365.629,67
Saldo final	1.878.218,08	-	1.878.218,08
Activo líquido	1.177.338,18	168.945,37	1.346.283,55

Os activos intangíveis em curso referem-se a desenvolvimentos aplicativos que iniciarão a sua utilização em 2018.

	2016		
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	2.277.177,55	302.630,33	2.579.807,88
Aquisições	0,00	379.602,82	379.602,82
Transferências	258.475,49	(258.475,49)	-
Saldo final	2.535.653,04	423.757,66	2.959.410,70
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	1.154.702,80	-	1.154.702,80
Amortizações do exercício (Nota 21)	357.885,61	-	357.885,61
Saldo final	1.512.588,41	-	1.512.588,41
Activo líquido	1.023.064,63	423.757,66	1.446.822,29

As aquisições efectuadas nos exercícios de 2017 e 2016 referem-se, essencialmente, a desenvolvimentos do programa informático SPA Digital, efectuados pelo departamento interno de informática tendo em conta os requisitos definidos na Nota 3.7., os quais, ascenderam a 125.386,59 Euros e 223.971,89 Euros, respectivamente.

8. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica respeita a:

	2017	2016
Obrigações do Tesouro (a)	160.000,00	20.000,00
Outros activos	77,69	77,69
	160.077,69	20.077,69

- (a) Obrigações do Tesouro ("OT's") de rendimento variável, das quais 20.000 € com maturidade em 30 de Novembro de 2021 e 140.000 € com maturidade em 12 de Abril de 2022, com pagamento de juros semestrais calculados à taxa Euribor 6 meses acrescida de 2% e 1,90%, respectivamente. O valor de mercado destas OT's, em 31 de Dezembro de 2017, ascende a 168.824 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos com clientes tinham a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Saldos devedores:</u>		
Clientes, conta corrente (a)	9.213.846,13	9.906.728,64
Valores por facturar (b)	329.939,50	376.577,47
	<u>9.543.785,63</u>	<u>10.283.306,11</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Clientes, facturas em conferência (a)	<u>14.521.488,24</u>	<u>13.923.881,88</u>

(a) Os direitos autorais são facturados aos clientes por conta dos autores, sendo essa facturação registada por contrapartida da rubrica "Clientes, facturas em conferência". Aquando da cobrança dos direitos autorais, a rubrica "Clientes, facturas em conferência" é reduzida por contrapartida de "Fornecedores - Direitos a distribuir" (Nota 11).

(b) Valores por facturar a operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e de rádio, sendo os valores estimados relativos, essencialmente, à SIC, NOS e MEO.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros créditos a receber detalham-se como segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Adiantamentos a autores	907.701,63	(358.930,11)	548.771,52	1.168.414,29	(478.536,30)	689.877,99
Valores a receber de delegados	459.807,85	(270.178,87)	189.628,98	518.753,73	(286.428,87)	232.324,86
Acréscimos de rendimentos - juros	5.555,57	-	5.555,57	785,38	-	785,38
Outros	<u>400.522,90</u>	-	<u>400.522,90</u>	<u>292.195,58</u>	-	<u>292.195,58</u>
	<u>1.773.587,95</u>	<u>(629.108,98)</u>	<u>1.144.478,97</u>	<u>1.980.148,98</u>	<u>(764.965,17)</u>	<u>1.215.183,81</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos outros créditos a receber, detalha-se como segue:

	31.12.2015	Utilizações	31.12.2016	Reversão	Utilizações	31.12.2017
Adiantamentos a autores	478.536,30	-	478.536,30	(119.606,19)	-	358.930,11
Valores a receber de delegados	286.705,27	(276,40)	286.428,87	-	(16.250,00)	270.178,87
	<u>765.241,57</u>	<u>(276,40)</u>	<u>764.965,17</u>	<u>(119.606,19)</u>	<u>(16.250,00)</u>	<u>629.108,98</u>

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos com fornecedores tinham a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - conta corrente:		
Autores (a)	13.878.116,97	11.200.894,74
Sociedades estrangeiras (a)	5.337.187,20	3.982.136,29
	<u>19.215.304,17</u>	<u>15.183.031,03</u>
Fornecedores - Direitos a distribuir (b)	41.634.116,77	42.201.780,23
	<u>60.849.420,94</u>	<u>57.384.811,26</u>

(a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares.

(b) Direitos já cobrados e pendentes de pagamento, aguardando a identificação dos respectivos titulares e que apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ano 2017	22.194.197,30	-
Ano 2016	7.282.226,86	21.022.561,65
Ano 2015	4.356.472,02	5.527.249,43
Ano 2014	4.127.509,39	4.855.143,68
Ano 2013	1.728.117,00	4.710.243,42
Anteriores a 2012	1.945.594,20	6.086.582,05
	<u>41.634.116,77</u>	<u>42.201.780,23</u>

12. CAPITAL PRÓPRIO

O capital subscrito da SPA, de acordo com os respectivos estatutos, é variável, sendo no mínimo de 2.500 Euros. Em 31 de Dezembro de 2017, o capital encontra-se representado por 3.729 títulos, de valor nominal variável entre 0,5 Euros e 5 Euros. As entradas mínimas de capital a subscrever integralmente por cada cooperador são de 25 Euros, representadas por 5 títulos nominativos de 5 Euros cada.

No caso de falecimento de cooperadores, os títulos subscritos serão reembolsados aos respectivos herdeiros, segundo o seu valor nominal corrigido nos termos do n.º 4 do artigo 23º do Código Cooperativo.

Em 31 de Dezembro de 2017, o movimento do capital subscrito foi como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	13.660,73	13.585,54
Aumentos:		
Admissão de novos cooperadores	400,00	275,00
Diminuições:		
Falecimento de cooperadores	(189,48)	(199,81)
Saldo final	<u>13.871,25</u>	<u>13.660,73</u>

Reserva legal - O artigo 54º dos estatutos da SPA estabelece que 90% do valor das jóias pagas pelos cooperadores, quando admitidos enquanto tal, têm de ser destinados ao reforço da reserva legal e 90% do valor dos excedentes anuais líquidos têm de ser destinados ao reforço desta reserva. Esta reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram admitidos 16 e 11 cooperadores, respectivamente, tendo cada um deles pago uma jóia de 150 Euros.

Reservas estatutárias - Os estatutos da SPA, nos seus artigos 55º e 56º, estabelecem a constituição das seguintes reservas:

a) Reserva para a educação e formação cooperativa

Destina-se a cobrir as despesas com essas actividades, bem como com a formação cultural e técnica dos cooperadores e dos empregados da SPA. Esta reserva constitui-se através das seguintes dotações:

- Dez por cento do valor das jóias pagas e dez por cento dos excedentes anuais líquidos;
- Pelos donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

b) Reserva social, que se destina a:

- A assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos de acordo com o definido na Nota 25, que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeram à Direcção, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos que lhe tenham sido creditados nos dez anos em que esses direitos tenham atingido os valores mais elevados, e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes;
- A conceder subsídios aos cooperadores afectados de invalidez permanente, quando não se encontram abrangidos pela alínea anterior, sendo estes subsídios aprovados pela Administração;
- A contribuir para a cobertura de outros riscos em benefício dos cooperadores.

Estas reservas constituem-se, essencialmente, através das comissões para fins assistenciais cobradas pela SPA que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, corresponderam a 3% dos direitos de autor cobrados relativos a Representação e 10% dos direitos de autor cobrados relativos a Edição e restantes direitos, com excepção dos direitos de Reprodução Mecânica e Direitos Conexos.

O movimento das reservas estatutárias, em 2017 e 2016, foi o seguinte:

	31.12.2016	Aumentos	Reduções	31.12.2017
Reservas estatutárias	425.541,86	2.518.459,19	(2.377.778,15)	566.222,90
	31.12.2015	Aumentos	Reduções	31.12.2016
Reservas estatutárias	325.151,86	2.429.060,19	(2.328.670,19)	425.541,86

Os aumentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 nas reservas estatutárias resultam das deduções efectuadas ao longo do exercício ao valor dos direitos autorais cobrados, de comissões para fins assistenciais ou culturais, de acordo com o artigo 44º dos estatutos e têm a seguinte composição:

	2017	2016
Reserva para fins assistenciais	2.518.219,19	2.428.895,19
Reserva para a educação e formação cooperativa	240,00	165,00
	<u>2.518.459,19</u>	<u>2.429.060,19</u>

Quanto às diminuições, estas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Direitos creditados a cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 25)	2.277.707,76	2.221.614,94
Despesas com fins culturais (a)	67.249,05	61.049,73
Despesas de doença, com funerais, exames clínicos, seguros de vida e de acidentes pessoais de cooperadores	32.821,34	46.005,52
	<u>2.377.778,15</u>	<u>2.328.670,19</u>

(a) Nesta rubrica são registadas despesas de diversas naturezas, relativas a manifestações ou eventos culturais promovidos ou participados pela SPA, incluindo as despesas suportadas com as primeiras audições de obras.

Outros ajustamentos em activos financeiros – Esta rubrica reflecte o montante de ganhos ou perdas actuariais liquidadas reconhecidas pela SPA relativamente aos benefícios pós-emprego (Nota 14). O movimento desta rubrica vem como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>740.620,74</u>
Reduções (Nota 14)	-149.120,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>591.500,74</u>
Aumentos (nota 14)	5.175,00
Reduções (Nota 14)	(7.412,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	<u>589.263,74</u>

Outras variações no capital próprio (doações) - Durante o exercício de 2010, foi doada à SPA a Casa Rebordão Navarro que, com base numa avaliação de perito especializado e independente, foi registada pelo valor de 97.875 Euros na rubrica de "Propriedades de investimentos" por contrapartida desta rubrica.

Aplicação de resultados de 2015: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 29 de Março de 2016, foi deliberada a transferência do resultado líquido negativo do exercício de 2015 para resultados transitados.

Aplicação de resultados de 2016: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 30 de Março de 2017, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2016 para resultados transitados (50.664,80 Euros) e para reservas legais (455.983,17 Euros).

13. PROVISÕES

Esta rubrica refere-se a provisões para processos judiciais e tem como objectivo cobrir responsabilidades relacionadas com a actividade da SPA e foi determinada pela Direcção, com o apoio dos seus consultores legais, com base na avaliação dos riscos que lhe estão subjacentes.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões foram como segue:

	31.12.2015	Reversões	31.12.2016	Reforços	31.12.2017
Processos judiciais em curso	<u>164.285,23</u>	-	<u>164.285,23</u>	<u>1.075.141,93</u>	<u>1.239.427,16</u>

A SPA é parte em diversos processos judiciais, embora o risco de perda dos mesmos não seja graduado pela Direcção, com base na opinião dos seus consultores legais, como provável. Em 28 de Dezembro de 2017, o Tribunal da Relação de Lisboa não deu razão ao recurso apresentado pela SPA no processo que a opõe ao antigo Diretor-Geral, tendo a SPA interposto recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. Embora a SPA mantenha a firme convicção que virá a ganhar este caso, tendo em conta a última sentença judicial a SPA registou nas suas contas o passivo respeitante ao valor da sentença de 1.239.427,16 Euros, tendo a SPA uma garantia bancária prestada no âmbito deste processo judicial.

14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os estudos actuariais com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, obtidos para mensurar a responsabilidade da SPA, são elaborados por uma entidade independente e especializada, foram elaborados com base no "Método da Unidade de Crédito Projectada" e utilizaram os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2017	2016
Pressupostos financeiros		
Taxas de desconto:		
Salários de pré-reformados	0,20%	0,30%
Reformados	1,40%	1,30%
Taxa de crescimento salarial	0,00%	0,00%
Taxa de actualização das pensões	0,00%	0,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade da reforma	66	66

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações da zona Euro de elevado *rating* à data das demonstrações financeiras, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades da SPA.

Os pressupostos demográficos considerados pela SPA têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização actuarial, sendo estas tabelas ajustadas periodicamente de modo a reflectir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes destes planos. Em 31 de Dezembro de 2017, o número de beneficiários de pré-reformas e complementos de reforma ascendia a 2 e 18 (2 e 19 em 31 de Dezembro de 2016), respectivamente, sendo esta uma responsabilidade construtiva assumida pela SPA perante alguns dos seus ex-empregados.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o impacto total das alterações dos pressupostos actuariais correspondeu a um ganho líquido de 2.237 Euros e 149.120 Euros, respectivamente, tendo estes montantes sido reconhecidos directamente no capital próprio, conforme normativo contabilístico aplicável.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas responsabilidades projectadas da SPA foi como segue:

	Pré- Reformados	Reformados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	234.655,70	1.448.891,92	1.683.547,62
Ganhos actuariais (Nota 12)	(23.000,00)	(126.120,00)	(149.120,00)
Pagamento de benefícios	(61.924,00)	(119.783,00)	(181.707,00)
Custo dos juros (Nota 18)	940,00	20.740,00	21.680,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>150.671,70</u>	<u>1.223.728,92</u>	<u>1.374.400,62</u>
Ganhos actuariais (Nota 12)	(7.412,00)	5.175,00	(2.237,00)
Pagamento de benefícios	(38.313,00)	(113.463,00)	(151.776,00)
Custo dos juros (Nota 18)	382,00	15.186,00	15.568,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	<u>105.328,70</u>	<u>1.130.626,92</u>	<u>1.235.955,62</u>

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos detalhava-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	504.894,63	543.311,85
Contribuições para a Segurança Social	88.135,39	86.967,28
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.763,12	243.551,73
Contribuição Extraordinária de Solidariedade	-	137,34
	<u>599.793,14</u>	<u>873.968,20</u>

A SPA está isenta de pagamento de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do disposto na Lei n.º 151/99 de 14 de Setembro. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a correcção por parte da Segurança Social, durante um período de cinco anos.

A diminuição registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 na rubrica de IVA está relacionado com uma revisão das autoridades fiscais ao IVA *pro-rata* de 2012, último ano de aplicação deste regime, por parte da SPA, ocorrida em 2016. Desta revisão, resultou um montante adicional a liquidar de, aproximadamente, 236.000 Euros, o qual foi pago em 2017 (Nota 20).

16. RÉDITO

O rédito reconhecido pela SPA em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalha-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões sobre direitos autorais (a)	8.275.401,46	7.705.650,45
Comissões adicionais (b)	1.326.536,00	1.248.183,97
Outros	121,96	135,98
	<u>9.602.059,42</u>	<u>8.953.970,40</u>

(a) Este montante corresponde às comissões sobre os direitos autorais cobrados, de acordo com o artigo 52º dos estatutos da SPA.

(b) Este montante corresponde a um adicional de 10% sobre o valor dos direitos cobrados pelo departamento de delegados e correspondentes, suportado directamente pelos utilizadores de obras protegidas pela SPA.

De referir que durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a SPA assinou os contratos de direito de utilização de obras literárias e musicais de autores representados pela SPA com a SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. e a TVI - Televisão Independente, S.A. referentes a 2017 e exercícios anteriores (2015 e 2016), os quais não têm diferenças face aos valores estimados e registados pela SPA em períodos anteriores.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalha-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços especializados	825.615,13	1.013.705,29
Honorários	614.450,94	484.062,66
Energia e fluídos	155.950,63	144.075,19
Materiais	110.345,00	187.499,45
Deslocações, estadas e transportes	83.210,03	88.268,01
Serviços diversos	566.075,89	491.044,80
	<u>2.355.647,62</u>	<u>2.408.655,40</u>

18. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalha-se conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações do pessoal e órgãos sociais	3.857.631,92	3.764.349,18
Encargos sobre remunerações	793.895,34	793.407,28
Gastos de acção social	57.769,60	23.865,73
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	26.726,92	24.659,43
Responsabilidades dos benefícios pós-emprego (Nota 14)	15.568,00	21.680,00
Indemnizações	1.246,67	437.988,81
Outros gastos com pessoal	108.068,90	143.879,58
	<u>4.860.907,35</u>	<u>5.209.830,01</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o número médio de pessoal ao serviço da SPA foi de 160 e 154 empregados, respectivamente.

Em 2016, os gastos com indemnizações reflectem os acordos efectuados para a rescisão de contratos de trabalho.

19. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, era conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos suplementares (a)	67.585,93	66.080,34
Patrocínios (b)	50.000,00	60.000,00
Outros (c)	386.214,81	214.798,46
	<u>503.800,74</u>	<u>340.878,80</u>

(a) Nesta rubrica estão registadas as inscrições de beneficiários, que nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 ascenderam a 58.800 Euros e 50.550 Euros, respectivamente.

(b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui os patrocínios recebidos do Millennium BCP, no montante de 50.000 Euros e 60.000 Euros, respectivamente, respeitantes a acções de carácter cultural efectuadas pela SPA.

(c) Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica inclui a regularização de saldos credores de clientes com antiguidade superior a 20 anos no montante de 378.348,59 Euros (123.904 em 31 de Dezembro de 2016), tendo os correspondentes saldos devedores sido regularizados na rubrica "Outros gastos" no montante de 360.348,59 Euros (Nota 20).

20. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, era conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quotizações	300.319,16	316.372,47
Impostos	3.287,37	5.281,76
Outros (a)	421.617,54	457.395,14
	<u>725.224,07</u>	<u>779.049,37</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica inclui a regularização de saldos de clientes devedores com antiguidade no valor de 360.348,59 Euros (Nota 19). Em 2016 esta rubrica incluía ainda o gasto assumido com a regularização final do IVA *pro-rata* de 2012, no montante de 236.357,39 Euros (Nota 15).

21. GASTOS DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, era conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	438.001,17	374.504,74
Propriedades de investimento	23.961,25	23.961,25
Activos intangíveis (Nota 7)	365.629,67	357.885,61
	<u>827.592,09</u>	<u>756.351,60</u>

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos, no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, respeitam a juros obtidos com aplicações de tesouraria, obrigações de tesouro e depósitos bancários.

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 referem-se, essencialmente, a gastos incorridos com serviços bancários nos montantes de 43.174,47 Euros e 38.935,12 Euros, respectivamente.

24. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de partes relacionadas é obrigatória a divulgação de informação respeitante a transacções entre a entidade que reporta e indivíduos com poder de voto que lhes dê influência significativa sobre a entidade que relata, indivíduos chave da Administração ou Direcção.

Enquadram-se nesta situação, na SPA o administrador, Sr. João Carlos Branco Lourenço, que também faz parte da Direcção da SPA. Este administrador é utilizador de direitos de autor, ou seja, é facturado pela utilização de direitos de autor geridos pela SPA.

Adicionalmente, o Sr. João David Nunes, sócio e membro efectivo da Direcção da SPA e que também é Assessor de Administração da SPA, detém uma empresa que prestou serviços à SPA em 2017 e 2016 nos montantes de 42.000 Euros em cada ano.

25. OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

A SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus cooperadores com idade superior a 60 anos que tenham sido admitidos nessa qualidade há mais de cinco anos, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos. Em caso de morte do cooperador, a SPA assegura o pagamento de metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes, ou aos que por lei lhe são equiparados. Em 2015, a Direcção da SPA aprovou a revisão das regras de acesso ao subsídio estatutário com o objectivo de aumentar a idade mínima de acesso para os 65 anos, embora os cooperadores com idade superior a 60 anos ainda possam requerer o acesso a este subsídio com penalizações quanto ao montante atribuído. Os estatutos da SPA especificam que a sua Direcção tem competência para fixar com adequabilidade, razoabilidade e proporcionalidade uma comissão anual a deduzir nos direitos que forem anualmente cobrados pela SPA ("comissão para fins assistenciais"), para fazer face a estas responsabilidades.

Na opinião da Direcção, baseada num parecer dos seus consultores jurídicos, datado de 6 de Março de 2003, a responsabilidade anual máxima do benefício assistencial atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos, pelo que entendem que os benefícios atribuídos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes assumem uma natureza idêntica à de um plano de contribuição definido, não sendo no seu entendimento necessário registar nas demonstrações financeiras quaisquer responsabilidades pelo referido pagamento.

Os estatutos da SPA (artigo 56º) definem a constituição de uma reserva, movimentada no capital próprio para fazer face aos pagamentos destes compromissos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram pagas pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes no montante de 2.277.707,76 Euros e 2.221.614,94 Euros, respectivamente, tendo as reservas estatutárias sido utilizadas no mesmo montante (Nota 12).

26. GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2017, a SPA tinha garantias apresentadas a terceiros no montante de 1.241.921,15 Euros, das quais 1.239.427,16 relacionada com o processo descrito na Nota 13.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

